para atuar na Comarca de Novo Progresso.

6. Comunicação de Vagas

7. O que ocorrer.

Belém, 12 de setembro de 2011.

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Procurador de Justiça Criminal

Secretário do Conselho Superior

PORTARIAS PGJ

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 281624

PORTARIA Nº 4050/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços na Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área técnico-administrativa,

R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Procurador de Justiça, Subprocurador-Geral de Justiça para a área Técnico-Administrativa JORGE DE MENDONÇA ROCHA, estabelecidas pela Portaria nº 3639/2011-MP/PGJ, de 11/8/2011, no período de 25/8 a 23/9/2011, a contar de 2/9/2011, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 6 de setembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4070/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, combinado com o art. 24, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 029/2011-MP/2ªPJTJ, de iniciativa do Sr. Promotor de Justiça Edson Augusto Cardoso de Souza,

R E S O L V E :

DESIGNAR o Promotor de Justiça JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS para, como representante do Ministério Público, oficiar na sessão do Tribunal do Júri Popular da comarca da Capital, no dia 12/9/2011, no julgamento de Thiago Cardoso Martins pelo homicídio de Denis Carlos da Silva Muniz, Ação Penal nº 0018718-43.2009.814.0401, podendo, nessa qualidade, adotar medidas pertinentes, inclusive interpor recursos.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de setembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4071/2011-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, combinado com o art. 24, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará),

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 029/2011-MP/2ªPJTJ, de iniciativa do Sr. Promotor de Justiça Edson Augusto Cardoso de Souza,

R E S O L V E :

DESIGNAR o Promotor de Justiça MÁRIO RAUL VICENTE BRASIL para, como representante do Ministério Público, oficiar na sessão do Tribunal do Júri Popular da comarca da Capital, no dia 13/9/2011, no julgamento de Luiz Carlos Venção da Silva pelo homicídio de Waldney Barroso da Costa, Ação Penal nº 0003729-46.1997.814.0401, podendo, nessa qualidade, adotar medidas pertinentes, inclusive interpor recursos.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 8 de setembro de 2011.

ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCM

PORTARIA Nº 69/11- MP/TCM DE 09 DE SETEMBRO 2011.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 281847

A Procuradora-Chefe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas aos órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, da Defensoria Pública, do Ministério Público e dos órgãos constitucionais independentes, no artigo 35, da Lei 7.453, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre as

diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011;

Considerando ainda, que a partir da edição da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, responsabiliza à gestão fiscal a cada um dos Poderes constituídos e, ao Ministério Público junto ao TCM;

Considerando finalmente, a necessidade de se assegurar o equilíbrio fiscal, por meio da otimização e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

R E S O L V E :

Art. 1º Aprovar a Programação Orçamentária e o Cronograma do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, para o terceiro quadrimestre do exercício de 2011, na forma dos Anexos, a seguir discriminados:

I. Anexo 1. A Programação das Quotas Orçamentárias mensais, identificadas por Programa, grupo de despesas e fonte de financiamento, observando os limites dos saldos orçamentários; e

II. Anexo 2. O Cronograma de pagamento mensal das despesas à conta dos recursos do Tesouro e de outras fontes, por grupo de despesa, em conformidade ao art. 17 da Lei nº 7.453 de 30 de julho de 2010 (LDO/2011).

Art. 2º. As quotas orçamentárias mensais que trata o inciso I do artigo anterior serão disponibilizadas mensalmente no Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), pelo próprio Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Art. 3º. As Alterações nos anexos 1 e 2, constantes nos incisos I e II do artigo anterior, serão aprovados por Portaria da Chefia deste Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, devendo ocorrer no final de cada bimestre, observando:

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Elisabeth Massoud Salame da Silva

Procuradora Chefe

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL QUADRO DE QUOTAS ORÇAMENTÁRIAS – 2011 3º QUADRIMESTRE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCM

GRUPO DE DESPESA	FUNTE	VALORES PARA O 3º QUADRIMESTRE				TOTALS
		SET	OUT	NOV	DEZ	
01.032.1241.4506 Implementação das Ações de Despesas dos Bens e valores Públicos. Pessoal Outras Despesas Correntes Investimentos 01.122.0125.2903-4524 Pessoal Outras Despesas Correntes Investimentos 01.331.1201.6004 Auxílio Alimentação Outras Despesas de Correntes 01.331.1201.6243 Auxílio Transporte	0101	400.000,00	380.000,00	350.000,00	300.867,32	1.430.867,32
	0101	58.534,69	80.000,00	111.465,31	65.000,00	315.000,00
	0101	80.000,00	50.000,00	50.000,00	30.000,00	210.000,00
	0101	350.000,00	350.000,00	400.000,00	265.660,96	1.365.660,96
	0101	20.000,00	20.000,00	20.000,00	14.842,57	74.842,57
	0101	90.000,00	90.000,00	90.000,00	88.196,32	358.196,32
	0101	30.000,00	30.000,00	30.000,00	25.600,64	115.600,64
	0101	50.000,00	50.000,00	45.000,00	71.460,42	216.460,42
	0101	500,00	500,00	500,00	6.166,68	7.666,68
	0101					
TOTALS		1.079.034,69	1.050.500,00	1.096.965,31	867.794,91	4.094.294,91

NOTA: 1º Os valores das Quotas Financeiras referem-se ao montante a ser empenhado pelo órgão nos meses, inclusive os empenhos globais e estimativos.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL QUADRO DE CRONOGRAMA FINANCEIRO DO 3º QUADRIMESTRE – 2011 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCM

GRUPO DE DESPESA	FUNTE	VALORES PARA O 3º QUADRIMESTRE				TOTALS
		SER	OUT	NOV	DEZ	
01.032.1241.4506 Implementação das Ações de Despesas dos Bens e valores Públicos. Pessoal Outras Despesas Correntes Investimentos 01.122.0125.2903-4524 Pessoal Outras Despesas Correntes Investimentos 01.331.1201.6004 Auxílio Alimentação Outras Despesas de Correntes 01.331.1201.6243 Auxílio Transporte	0101	400.000,00	380.000,00	350.000,00	300.867,32	1.430.867,32
	0101	58.534,69	80.000,00	111.465,31	65.000,00	315.000,00
	0101	80.000,00	50.000,00	50.000,00	30.000,00	210.000,00
	0101	350.000,00	350.000,00	400.000,00	265.660,96	1.365.660,96
	0101	110.000,00	110.000,00	110.000,00	103.038,89	433.038,89
	0101	30.000,00	30.000,00	30.000,00	25.600,64	115.600,64
	0101	50.000,00	50.000,00	45.000,00	71.460,42	216.460,42
	0101	500,00	500,00	500,00	6.166,68	7.666,68
	0101					
	TOTALS		1.079.034,69	1.050.500,00	1.096.965,31	867.794,91

NOTA: 1º Os valores das Quotas Financeiras referem-se ao montante a ser empenhado pelo órgão nos meses, inclusive os empenhos globais e estimativos.

Municípios

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 281777 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO PORTARIA Nº 260, DE 30 DE AGOSTO DE 2011.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições constitucionais e legais, e em especialmente as contidas no artigo 52 da Lei Orgânica do Município e nas disposições das Leis nº 4.230 e 4.231, ambas de 26 de abril de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, de acordo com o inciso I, do artigo 18 e 19 da Lei nº 4.231, de 26 de abril de 2002, os servidores abaixo discriminados, aprovados no concurso público nº 001/2009, para exercerem em caráter efetivo, o cargo de Técnico Administrativo, padrão de vencimentos CNM-5, do quadro de pessoal do Município, criado pela Lei nº 4.230, de 26 de abril de 2002, alterado pela Lei nº 4.393, de 29 de setembro de 2009.

Nº	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1	Márcia Sales da Silva	209º
2	Cleide Ribeiro Santos	210º
3	Vanda Seixas da Silva	211º
4	Anatalia Felix Cirqueira	212º
5	Clayton da Silva Santos	213º

Art. 2º. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Município de Parauapebas, 30 de agosto de 2011.

DARCI JOSÉ LERMEIN
PREFEITO MUNICIPAL